

CONSELHO DE CLASSE: TEÓRIA X PRÁTICA

GUSTAVO DA SILVA GARCIA¹; VINÍCIUS GIMENES RUSCH²; MURILO
SERREDEIRO DOS SANTOS³; EDUARDO MARKS DE MARQUES⁴

¹Universidade Federal de Pelotas 1 – gustavosgarcia2001@gmail.com

²Universidade Federal de Pelotas – mirosdsantos@gmail.com

³Universidade Federal de Pelotas – viniusrusch@gmail.com

⁴Universidade Federal de Pelotas – eduardo.marks@ufpel.edu.br

1. INTRODUÇÃO

Sendo o ambiente educacional repleto de desafios e oportunidades que direcionam os estudantes ao crescimento acadêmico e pessoal, o conselho de classe se mostra crucial para avaliar e direcionar esse crescimento, em um diálogo entre os educadores, pais e responsáveis. Considerando seu papel como espaço coletivo de reflexão, construção e reformulação das práticas pedagógicas a fim de favorecer o desenvolvimento do processo ensino-aprendizagem, buscamos analisar a compreensão dos professores sobre tal espaço e a forma de como ele contribui para a avaliação da aprendizagem dos alunos.

Através da consideração de como é importante compreender a estrutura e funcionamento do conselho de classe como o ambiente coletivo de avaliação e progresso dos alunos, temos a ideia de reconhecer a responsabilidade de determinar o caminho futuro do aluno, que não deve recair exclusivamente aos professores. Portanto, incorporam-se diferentes perspectivas, entendimentos e abordagens avaliativas com o objetivo de promover o desenvolvimento da aprendizagem do estudante.

Mesmo que na teoria sua proposta seja progressista, o conselho de classe em prática se mostra como um momento inquisitivo, onde sua função deixa aquela de refletir sobre possíveis melhorias do ambiente de ensino para se tornar uma discussão de como melhor domá-los.

Segundo as observações de Luckesi (2006, p.17), ao analisar a forma como a avaliação da aprendizagem é realizada nas escolas brasileiras, fica evidente que essa prática adquiriu uma proporção tão significativa no ambiente educacional que a própria prática pedagógica passou a ser moldada por uma abordagem que ele denomina de "pedagogia do exame". Isso significa que a dinâmica educacional passou a ser centrada principalmente em provas e avaliações. Nesse sentido, o autor nos explica que a prática de ensino está majoritariamente direcionada para as provas e exames, seja pelos alunos que concentram seus esforços em obter notas que os levem à promoção, independentemente dos métodos utilizados; pelos professores que usam as provas como uma ferramenta de pressão e controle; pelos pais que só buscam diálogo com os educadores quando há resultados negativos em provas; pelas instituições de ensino que se baseiam em dados estatísticos para apresentar uma imagem de qualidade; e até mesmo pelo sistema social e econômico mais amplo, que exige maior eficiência e competência para atender aos objetivos alinhados com a ideologia predominante. E assim, ao centrar a atenção nos exames, a avaliação da aprendizagem deixa de cumprir a sua função que segundo Luckesi (2006, p.25) é: "subsidiar a decisão da melhoria da aprendizagem".

A maior parte das vezes, os professores acabam estabelecendo um padrão a base de seus próprios caprichos, onde o aluno que não o cumprir é classificado como carente, atrasado ou preguiçoso, sendo totalmente passível a reprovação. A pergunta que surge com isso é: Qual função o conselho de classe deve desempenhar para que esse tipo de situação seja evitada?

2. METODOLOGIA

Para a elaboração do presente relato, foram utilizados como recursos metodológicos elementos subjetivos da própria experiência, como a observação, a reflexão e a descrição dos eventos formativos experienciados durante este primeiro módulo do programa, além de referenciais teóricos relevantes para embasamento dos fatos apresentados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Relato de experiência (Murilo)

O conselho de classe da turma C do 3º ano do ensino médio do Colégio Municipal Pelotense ocorreu bem. O desempenho dos alunos foi dado como satisfatório na maioria das disciplinas, sendo a única ressalva seu desempenho em matemática. A representante da turma foi tratada com cordialidade pelos professores durante o conselho e teve as demandas que ela apresentou em nome da turma aceitas.

Quando eu manifestei ter alguns pontos a serem discutidos em relação ao desempenho dos alunos nas aulas de inglês, como a infrequência de alguns e as ocorrências de plágio entre os trabalhos e o uso de tradutores online durante as atividades, os outros professores concordam em abrir um caso isolado para a disciplina. Eu estranhei o desempenho dos alunos ser satisfatório na maioria das disciplinas mas apresentar problemas na minha, eu obviamente não tenho problema com a turma, visto que considero todos inteligentes, dispostos a aprender e participativos, mas fiquei com uma pulga atrás da orelha ao ver os outros professores darem a turma como perfeita e varrerem os problemas passíveis de análise para debaixo do tapete. Fico ainda mais intrigado considerando as reações dos professores que levaram o conselho de classe do 3º ano F a ser tão traumatizante para o residente ativo da turma. Não seria essa reação algo seletivo?

Relato de experiência (Gustavo)

A reunião de classe do 3º ano do ensino médio, turma F, foi no mínimo peculiar, bem diferente do que eu imaginava como professor em formação. O modelo respeitava uma ideia de “juiz e testemunhas”, onde o professor guia do conselho, sentado na frente do quadro, fazia perguntas roteirizadas num papel e os professores às respondiam conforme o quanto concordavam ou não com a afirmação. Foram perguntas objetivas onde as respostas eram discordo totalmente, discordo, neutro, concordo, concordo totalmente.

Tendo isso em mente, antes de começarmos, os professores assinaram uma chamada para comprovar sua presença e então demos início às questões. Logo na primeira pergunta eu já tive uma surpresa, respostas negativas, mas não

apenas isso, palavras de descrença, críticas que, na minha experiência com a turma 3°F, não eram verdadeiras. Entrei em protesto, afirmando que essas falas não eram coerentes com a verdadeira face da turma, contando que os alunos concluíam as atividades e tinham um bom rendimento, entretanto, minha fala foi “justificada” por trabalhar com a disciplina de inglês, onde, eu acredito, que haja uma ideia intrínseca que seja algo mais fácil de ter bons resultados.

Continuando, maior parte das perguntas tiveram feedbacks negativos por parte dos professores, o que não seria um grande problema, se não estivesse sendo acompanhada pela crítica árdua e não-construtiva dos participantes, onde, por um breve momento, soava mais como uma roda de fofoca do que uma reunião de profissionais da educação. Sejamos humanos, compreendo uma boa parte do contexto do trabalho do profissional da educação no Brasil, entendo que as condições de trabalho não são as mais agradáveis, que os alunos nem sempre são dóceis e que o salário não é encorajador, entretanto, não posso desgostar do que faço sob pena de não fazê-lo bem. Acredito que, mesmo com o pior contexto, mesmo com salas apertadas ou sem material, ainda, como profissional da educação, tenho o dever moral de dar a melhor aula que meu aluno pode merecer, e tratá-lo com o devido carinho e respeito tanto dentro, quanto fora de sala de aula.

Progredindo para o final do conselho, chega o momento onde o aluno representante da turma entra em meio a reunião para ser o porta-voz da turma, levando as indignações e críticas dos colegas aos professores, onde, supostamente, haveria um repensamento dos educadores sobre as falas dos educandos, entretanto, mais uma vez para a minha surpresa, nada. O representante entrou na sala e disse que estava tudo bem, e que apenas gostariam que a merenda da escola fosse um pouco melhor, se possível. Eu não os culpo, na verdade acho que esse desejo dos alunos fala muito sobre o contexto que passam fora de casa, já que muitas vezes a merenda da escola é a única refeição que os mesmos conseguem fazer durante o dia inteiro, entretanto, não apenas isso, me pergunto, será que os alunos são informados do que realmente deveria ser um conselho de classe?

Relato de experiência (Vinícius)

Minhas expectativas para minha primeira reunião como Professor da turma 3º E eram, em um primeiro momento, de preocupação após ter conhecimento do relato do meu colega Gustavo, porém esta preocupação foi diminuindo no decorrer do conselho, mas ao final aumentou novamente.

Eu estava presenciando um conjunto de emoções, no início eu estava preocupado, mais para o meio estava contente com o desenvolvimento da turma e percebendo que não era só comigo que o trabalho estava fluindo com os alunos, tinham algumas coisas que até me deixavam desconfortável, como por exemplo as perguntas completamente objetivas e respostas do tipo “fulano precisa melhorar”, porém sem apresentar uma resolução ou meios de como fazermos isso, mas tudo isso, creio eu, seja algo passível de se escusar, pois se fosse tão fácil resolver estes problemas seria fácil ser um Professor. Mas no final esta felicidade foi por água abaixo ao escutar um comentário transfóbico de um de meus colegas.

O comentário em questão começou após a pessoa descobrir que o aluno, era um aluno transexual, durante meio ano ele não sabia disso e sempre chamou ele pelo nome social, porém, após descobrir isso ele passou a chamá-lo pelo

nome morto e questionar o motivo pelo qual foi feita a transição, até mesmo duvidando da real vontade do aluno, pois de acordo com *e/e* não faria sentido ele ser um homem-trans e ter um namorado e mais outras coisas, como tentar justificar as falas deles porque os dois vivem se beijando no recreio entre outras coisas.

Este comentário me atingiu de uma forma muito impactante, pois um dos motivos do conselho de classe é também discutir a inclusão dos alunos e, é dever do Professor tratar o aluno com respeito dentro e fora de sala de aula, algo que não aconteceu dentro daquela reunião.

De acordo com a Resolução 1º de janeiro de 2018 do MEC (Ministério da Educação) a escola deve respeitar o pedido do aluno ou do seu responsável para o uso de seu nome social, assim não deve-se questionar os motivos, ou procurar os porquês da exigência de tal aluno, é dever da escola o acolher. Porém, deixo aqui um questionamento no meu relato, porque cinco anos depois disso, a entidade escolar ainda tem dificuldade em incluir estes alunos?

4. CONCLUSÕES

Então, nota-se a complexidade e os desafios envolvidos no processo de realização de conselhos de classe nas escolas. Este que deve deixar de ser apenas uma formalidade, mas sim um momento genuíno de colaboração entre educadores e alunos. Essas reuniões têm a responsabilidade de avaliar o progresso dos alunos e discutir estratégias para melhorar seu desempenho acadêmico, pessoal e bem-estar, no entanto, às vezes, pode se transformar em uma sessão de descarrego por parte dos professores, onde críticas não construtivas e preconceitos prevalecem sobre as discussões necessárias. Com isso em mente, propõe-se que o ambiente seja mais aberto aos alunos, para que eles possam manifestar sua voz, pois, assim como contesta Sousa (1984), a legislação não indica a participação dos discentes no processo avaliativo e também ela contesta o quão prejudicial isso pode ser, como também, retoma a questão de ser um processo colaborativo, entretanto, como será colaborativo sem a presença do que é o foco principal?

Por isso, evidenciamos que é importante construir um projeto baseado nas diferenças, fora do consenso único dos professores, para que tenhamos portas abertas aos alunos. Isso sugere que o conselho de classe cumpra sua função educacional de maneira eficaz, promovendo o desenvolvimento dos alunos, fazendo com que se sintam acolhidos e que façam parte deste projeto escolar.

Somado com tudo isso, também queremos que eles saibam o porquê da existência do conselho, porquê ele é importante para o desenvolvimento deles e porquê deveriam participar, assim, podem ter a oportunidade para também de contestarem, sem que exista o possível medo de retaliação por parte do que, Sousa(1984) chama de um "júri" que pode vir a ser a bancada dos Professores.

5. REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- LUCKESI, C.C. Avaliação da aprendizagem escolar: estudos e proposições. 18. ed. São Paulo: Cortez, 2006.
- SOUSA, S.M.Z.L. Conselho de classe: um ritual burocrático ou um espaço de avaliação coletiva?. Ideias, n. 25, p. 45-59, 1995